

## **Aspirações de Jovens Rurais na Era da Modernidade: Permanência ou Saída do Meio Rural?**

William Fernandes Bernardo, Juliana Barbosa Torres

### **Introdução**

Vivemos na era da modernidade, ou da pós-modernidade, conforme a concepção de determinados estudiosos. Esse novo período significa que estamos em uma época de muitas mudanças no trabalho, na economia e no acesso aos bens de consumo e aos meios de comunicação. Tais modificações alteram de forma decisiva o cotidiano e as relações entre as pessoas. Uma das características dessa nova era é que somos levados a seguir individualmente e involuntariamente este novo fluxo contemporâneo; segundo Giddens (1991), um movimento globalizante e de consequências incontroláveis. Se por um lado no mundo atual há novos objetos e serviços que nos oferece conforto, segurança e lazer, por outro favorece novos tipos de interações sociais direcionadas ao individualismo.

O texto a seguir procura discutir algumas mudanças trazidas pela pós-modernidade no meio rural, especificamente associadas ao cotidiano dos jovens. Essas transformações levam esse grupo a enxergar o mundo de forma diferente em relação à geração de seus pais, especialmente por conta de inovações nos meios de comunicação e pelas mudanças no ambiente rural/agrícola e nas relações sociais. Há sinais de que entre os jovens rurais está ocorrendo uma diminuição da centralidade de seus projetos na família e na agricultura. Ao contrário, há indícios de que os planos estão voltados, sobretudo, para os objetivos individuais e urbanos.

O resultado desse mundo projetado pelos jovens rurais indica transformações não apenas na esfera daqueles jovens, mas também avança para o domínio das famílias agrícolas e do setor agrícola como um todo. Esse é o tema deste artigo, que traz resultados de pesquisas realizados com jovens rurais dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

## A pós-modernidade e a juventude rural

Pode-se dizer que a modernidade se traduz como um estilo de vida que veio da Europa a partir do século XVII, que teve as indústrias como principal símbolo, o que desencadeou mudanças definitivas nas pessoas em relação ao modo de vida e à maneira de enxergar o mundo. Hoje, porém, muitos estudiosos afirmam que há uma forma de vida bastante diferente da época da industrialização e, por esse motivo, é preciso buscar outra denominação para o “novo estilo social”; este novo cenário poderia ser chamado de pós-moderno. A pós-modernidade tem várias características relevantes, com destaque para a reflexão crítica que se faz em relação ao modo de vida moderno. Aquele estilo de vida capitalista/industrial era marcado por riscos, como o “crescimento de poder totalitário, colapso dos mecanismos de crescimento econômico [sem controle ou restrição], conflito nuclear ou guerra de grande escala e deterioração ou desastre ecológico” (Giddens, 1991, p. 170). Em contraposição àquela ordem mundial, o autor sugere “participação democrática de múltiplas camadas, sistema pós-escassez, desmilitarização e humanização da tecnologia” (p. 163). Esse autor defende que a mudança de direcionamento ocorreu, dentre outros fatores, pelo reconhecimento de uma “fadiga do desenvolvimento” e também de uma consciência geral de que o crescimento econômico continuado não vale a pena, a menos que melhore ativamente a qualidade de vida da maioria” (p. 165).

A pós-modernidade induz novos tipos de comportamento e de estilo de vida, seja para moradores das cidades, seja para os do campo. Essas transformações afetam diretamente as escolhas da juventude rural quanto ao tipo de trabalho (agrícola ou não-agrícola) e ao local de residência (rural ou urbano). Como consequência dessas escolhas ressalta-se o

processo sucessório nas propriedades rurais. Aqui se discute a sucessão não como herança de um patrimônio material que possui um valor de troca (que pode ser mantido ou vendido), mas como uma atividade produtiva agropecuária que terá ou não continuidade entre as gerações.

Para abordar o tema da juventude rural é necessário fazer uma delimitação dessa categoria. Afinal, o que é ser um(a) jovem? Brumer (2007, p. 35) comenta que as sociedades compreendem diferentemente essa fase da vida, mas que representa o período que antecede a aquisição plena dos papéis adultos. Para essa autora, “existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, grosso modo, como o período da juventude, e a noção depende tanto da autoidentificação como do reconhecimento dos outros” (p. 35). E de que modo a modernidade estaria afetando o comportamento dos jovens rurais? Brumer (2007) afirma que os modos de conduta dos jovens são reflexos das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais decorrentes do deslocamento do capitalismo em direção à globalização. Esses movimentos exercem influência nas formas de comunicação e no mercado de trabalho que, por sua vez, modificam direta ou indiretamente os modos de vida dos jovens.

Nos estudos dos modos de vida “modernos” da juventude rural, dois temas estão mais presentes: a tendência emigratória e a sucessão das propriedades agrícolas (Brumer, 2007, p. 36). O primeiro tópico se refere à “visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia”. Essa visão negativa do ofício agrícola provém da rotina pesada e desconfortável, a exposição às condições climáticas (frio, calor, chuva), renda baixa e instável, longas jornadas, ausência de férias e fins de semana livres. Ainda para Brumer (2007), os aspectos positivos referem-se à autonomia do agricultor sobre o trabalho. Segundo essa autora, o balanço que o jovem faz entre o estilo de vida de agricultor e de um trabalhador urbano pesam a favor desse último, que contam mais tempo de não-trabalho, mais opções de lazer e menos preocupações.

Outro destaque do estudo de Brumer (2007) refere-se à questão de gênero na divisão de trabalho agrícola e sucessão. Os estudos indicam que as moças apresentam maior evasão que os rapazes, uma vez que

os jovens transitam entre dois parâmetros: eles prezam os laços com sua família e sua identidade, mas ao mesmo tempo se veem refletidos na ideia de modernidade, do urbano. Nas entrevistas evidenciou-se que o interesse primeiro desses jovens é “ser alguém na vida”, o que seria obtido por meio dos estudos. Esse caminho permitiria obter uma melhor condição de vida do que aquela que ele teria trabalhando na propriedade rural. Existe também a busca pelo maior conforto; os jovens demonstram interesse nos atrativos da vida urbana, como internet, celular e lazer, como o cinema. Ainda segundo a autora, o(a) jovem expressa desejo por uma vida autônoma e independente do círculo familiar – pai, mãe e irmãos.

Segundo Carneiro (1998), o jovem que vive nas regiões rurais convive hoje com duas culturas: a rural e a urbana. Essas realidades despertam desejos contraditórios, como: o de permanecer no local de origem versus a intenção de sair para estudar fora a fim de adquirir uma profissão; a manutenção de uma identidade rural versus a adaptação a uma nova cultura urbana. Assim, muitos dos jovens entrevistados alegam o desejo de continuar morando na sua localidade, mas tendo acesso a recursos da modernidade. Os motivos alegados para permanecer residindo no meio rural foram os seguintes: apego à comunidade e à família, maior facilidade para a criação de filhos e tranquilidade. Os jovens que assumem a vontade de sair de suas localidades rurais se pautam em: falta de infraestrutura, principalmente de comunicação, comércio e lazer. O agravante dessa situação é a grande distância entre a residência rural e a cidade, falta de opção de trabalhos qualificados e de oportunidades de crescimento pessoal (Carneiro, 1998).

De acordo com a mesma pesquisa (Carneiro, 1998), permanecer no trabalho agrícola é visto muitas vezes como uma única alternativa para aquele que “não gosta de estudar”. Ainda assim há o incentivo familiar para que esse filho termine pelo menos o nível médio para que, assim, consiga acompanhar as exigências da modernização da agricultura em cálculos de comercialização, créditos, juros e investimentos. A escolarização dos jovens rurais é facilitada em muitos locais porque as prefei-

turas fornecem ônibus para o deslocamento de estudantes entre suas comunidades rurais e as escolas.

Sobre o trabalho familiar agrícola, os jovens de São Pedro do Serra alegam como elementos negativos: ausência de férias, de fins de semanas livres, de horário regular de trabalho e de falta de remuneração (Carneiro, 1998). Em muitos casos os filhos não recebem o salário fixo sobre o seu trabalho; os pais dão casa, alimentação, algum dinheiro para os passeios do fim de semana, mas não um salário fixo para o jovem poder se organizar financeiramente de forma individual. Ainda segundo a autora, os jovens indicam como aspecto positivo do trabalho agrícola a relativa autonomia do produtor rural, que organiza seu próprio tempo e não tem um patrão.

No presente estudo também foi constatado o aspecto de gênero entre as famílias de produtores rurais. Como as moças estão fora dos processos de sucessão familiar, elas são mais estimuladas a prosseguir os estudos até completar o ensino superior.

As famílias agrícolas com maior número de filhos homens terão maiores opções para definir o sucessor, liberando (ou até mesmo estimulando, como vimos) os demais filhos para realizarem seus projetos individuais. Às filhas, dentro deste sistema, cabe um leque maior de oportunidades já que não são tidas como responsáveis pela manutenção de uma unidade doméstica. Nesse sentido, paradoxalmente nesse sistema patriarcal, são as mulheres que, com maior frequência, rompem as fronteiras do universo doméstico com a formulação de projetos profissionais de maior longo prazo (Carneiro, 1998, p. 16).

Esse incentivo aos estudos das moças pode ser compreendido como uma forma de compensação familiar pela ausência desse grupo nos processos de sucessão familiar da propriedade rural. A escola, além de abrir portas para os projetos individuais, é o local de sociabilidade. Frequentando escolas nas cidades há o desencadeamento, nos jovens rurais, de um processo de absorção da cultura urbana, o que pode ser útil em seus projetos de vida dirigidos às cidades. Em relação a esse aspecto,

Carneiro (2008) observa que “considerando que o jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social (o apoio familiar, sobretudo) dos jovens da cidade, a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável, o que se expressa nas remunerações inferiores em relação aos jovens urbanos” (p. 253).

A autora verificou que em áreas rurais com melhor infraestrutura (condições das estradas, saneamento, telefonia, etc.), os jovens possuem mais interesse em permanecer residindo no meio rural, “desde que ocupados em outras atividades que não a agrícola” (Carneiro, 2008, p. 253). Esses locais são percebidos por eles como um “‘lugar saudável’, ‘tranquilo’, ‘sem violência’” (p. 253). Ainda segundo a autora, os projetos de permanência no meio rural desses jovens se apóiam na adversidade urbana ligada à violência e às novas oportunidades de trabalho não-agrícola do meio rural.

### O caso da Zona da Mata Mineira

Na pesquisa realizada em Guiricema e Ubá, municípios da Zona da Mata Mineira, foram entrevistados 32 produtores de leite que tinham filhos trabalhando em atividades não-agrícolas (Bernardo, 2009). Além desses, foram entrevistados 38 filhos que trabalhavam em atividades não-agrícolas e 11 filhos que trabalhavam em atividades agrícolas nas propriedades. Observou-se que os projetos de saída dos filhos estavam associados a novas oportunidades de vida, seja pela residência urbana, seja pelo trabalho não-agrícola. Esses trabalhos possuíam determinados atributos considerados superiores àqueles realizados nas propriedades dos pais.

Naquela pesquisa, por exemplo, os filhos dos produtores de leite indicaram a superioridade do trabalho não-agrícola sobre o trabalho agrícola pelas seguintes razões: 1) salário maior e certo – 37% das citações; 2) tipo de serviço (jornada menor, serviço mais leve e limpo) – 35%; 3) oportunidade (de crescer na carreira, maior número de postos de trabalho) – 16%, e 4) segurança (carteira assinada, plano de saúde, férias) – 12%. O adjetivo “certo” que qualifica salário significa, nesse caso, que a renda da cidade seria imune às incertezas típicas da atividade

agrícola, que oscila em função do clima e do mercado, principalmente. A regularidade da renda indicava ser um dos componentes importantes que impulsionava o jovem rural para o trabalho nas cidades.

É interessante observar que determinados fatos históricos ocorrem em diversas partes do mundo, às vezes em épocas diferentes, mas seguindo uma mesma trilha de acontecimentos e justificativas. Nos Estados Unidos, por exemplo, os estados do norte se beneficiaram quando “se instalaram indústrias explorando mão de obra barata e dócil” proveniente dos estados do sul (Santos, 1997, p. 308). Observa-se semelhança em ocorrências mais próximas. Em Ubá, por exemplo, as fábricas de móveis têm preferência por jovens rurais para ocupar os postos de serviços mais pesados, uma vez que já estariam acostumados com este tipo de ofício e com as baixas remunerações pelo trabalho. Essa percepção está inscrita no depoimento de um técnico que presta assistência aos produtores rurais de Ubá.

É raro achar um jovem exercendo atividade agrícola. Tem muito jovem no meio rural, mas estão estudando. Como o seu Geraldo falou, eles não podem trabalhar. Na realidade eles estão vindo trabalhar na construção civil... mas muitos deles estão indo pra fora para estudar e trabalhar... em Viçosa, Juiz de Fora, Volta Redonda... (Bernardo, 2009, p. 119).

Sendo igualmente pesados o trabalho rural e o trabalho urbano, o jovem rural opta por trabalhar nas fábricas de móveis, que serve ao menos como o primeiro emprego urbano. Essa ocupação não demanda especialização profissional ou alto nível educacional. Entre os elementos que mais atraem os jovens para o trabalho não-agrícola (urbano), em relação ao trabalho agrícola, está na chance de se engajar em um ofício com menor jornada, leve e limpo.

Há também outros elementos envolvidos na escolha pelo trabalho na cidade em lugar do trabalho agrícola e familiar. Segundo a percepção de técnicos que prestam assistência em propriedades rurais de Ubá, o jovem que trabalha na cidade pode contar com um soldo no final do mês, coisa que ele não dispõe trabalhando com o pai.

Ele [o pai] dá uns 50 reais para [o filho] vir na rua no final de semana. Dá a ele uma moto, dá a ele uma roupa..., dinheiro mesmo ele não tem. Chega aqui [na cidade], como diz o outro, chega aqui, no dia 4 ou no dia 5 a fábrica dá a ele 400 ou 500 reais, isso [lá na propriedade do pai] ele não tem. Isso é um fator que acaba fazendo ele ir embora [do meio rural] (Bernardo, 2009, p. 118).

Nesse depoimento verifica-se que não há o devido reconhecimento pelo trabalho do filho. É como se o filho estivesse cumprindo mais uma obrigação no âmbito familiar. Todos esses fatores contribuem para a desistência do filho do produtor rural em continuar residindo no meio rural e trabalhando com agricultura. A referida pesquisa indica que 19% dos produtores não têm sucessores para suas propriedades rurais e 41% contam com filhos que moram nas cidades para continuar sua atividade na propriedade, uma possibilidade nem sempre realizável.

Observou-se nessa pesquisa que os filhos dos produtores de leite tinham projetos diferentes em relação à continuidade da atividade nas propriedades. Os filhos que trabalhavam com agricultura pretendiam intensificar a produção “pelo uso de ordenha mecânica, fornecimento de ração às vacas, melhoria genética do rebanho leiteiro e aumento do número dos bovinos e aves na propriedade.” (Bernardo, 2009, p. 98). Os filhos que trabalhavam com atividades não-agrícolas, ao contrário, aspiravam manter a propriedade em “um patamar suficiente para a manutenção (econômica e física) da propriedade” (p. 98). O depoimento de uma filha de produtor de leite esclarece esse projeto: “Quero mexer com gado de corte porque é mais fácil, porque [eu e meu marido] moramos na área urbana. É mais fácil administrar. [...]” (Bernardo, 2009, p. 98).

Nessa pesquisa com 49 filhos de produtores de leite, 33 filhos (67%) concordavam que a “vida da cidade” atraía o jovem rural. Essa atração se apoiava no maior acesso a telefone, internet e lazer (48%), proximidade e mobilidade (10%), trabalho (22%) e educação (20%). Os dois primeiros casos se apóiam na sensação de isolamento dos moradores rurais e os dois últimos (trabalho e educação), na esperança de obtenção de maior renda no trabalho urbano (Bernardo, 2009, p. 101-102). A noção

de isolamento se apresenta nos depoimentos de dois filhos: “[O jovem quer morar na cidade porque há [...] ônibus pra visitar... roça fica meio isolado, né? [O jovem rural] quer ter contato.” “Morar na zona rural fica mais isolado” (p. 102).

Como nos casos anteriores, esse estudo também identificou questões de gênero envolvidas nos processos sucessórios das propriedades. Questionando o produtor em relação aos possíveis sucessores, 65% indicaram os filhos e 16% as filhas. Evidencia-se assim o papel masculino atribuído ao trabalho com agropecuária, mesmo que seja a administração da propriedade. Esse era o caso de filhos e filhas que já haviam saído da propriedade e trabalhavam em atividades não-agrícolas no meio urbano.

### Discussões sobre os casos apresentados

Considerando a migração para as cidades como uma das opções dos jovens rurais, é preciso fazer algumas ponderações. Se por um lado há condições que desestimulam a permanência do jovem no meio rural, as cidades possuem muitos atrativos. No entanto, os postos de trabalho das cidades demandam determinados tipos de características que os jovens rurais geralmente não possuem. Assim, para ocupar determinados postos de trabalho urbano o(a) jovem precisa não apenas contar com elevada escolaridade, mas também possuir determinados comportamentos culturais típicos do cotidiano urbano (DURHAN, 1973). Essa dupla demanda – educacional e cultural – apresenta-se ao jovem rural como uma barreira concreta aos planos de trabalho nas cidades. Ainda é preciso considerar a distância entre o mundo idealizado pelos jovens rurais e a realidade urbana, com as questões de violência, de trânsito, de drogas, de impessoalidade, etc.

Considerando que diversas pesquisas apontam para o apego dos jovens pela sua comunidade local e pelos atributos do meio rural (como tranquilidade e silêncio), é possível pensar em ações que possam contribuir para a permanência dos jovens no campo, como a melhoria da infraestrutura: bons serviços de energia elétrica, telefonia fixa, celular, internet, além de estradas, equipamentos de lazer, dentre outros. Da mesma forma, Gra-

ziano da Silva (2002) acredita que a infraestrutura pode contribuir para aumentar o conforto das populações rurais e, assim, reduzir as taxas de migrações do meio rural para as cidades.

A permanência dos jovens no meio rural depende também de uma “reestruturação familiar” (conceito de Maria José Carneiro), de forma a mudar as relações dentro da própria família. Essas mudanças levariam a uma maior participação do jovem rural dentro do grupo familiar, especialmente nas tomadas de decisões e na ampliação do espaço de atuação profissional. Em relação ao aumento da autonomia do jovem rural, há experiências interessantes ocorrendo no país. Carneiro (2007) menciona o caso de jovens no Rio Grande do Sul que trabalham na produção de morango. Aquela atividade permite a independência dos jovens em todas as etapas do trabalho agrícola e garante a obtenção individualizada dos rendimentos. É possível pensar em divisões de trabalho dentro da família também em outras atividades agropecuárias, inclusive para as filhas.

As pesquisas com jovens rurais mostraram ainda que o trabalho com agricultura tem um baixo reconhecimento social e possui características que não motivam o envolvimento dos jovens. Acredita-se que há espaço para novas pesquisas e arranjos capazes de tornar o trabalho agrícola menos pesado, com menores jornadas e com maiores remunerações e ganhos sociais. Todo esse conjunto pode colaborar para aumentar o interesse dos jovens pelo trabalho agrícola.

## Conclusão

Esse trabalho teve como principal objetivo trazer ao leitor uma reflexão sobre a modernidade no cotidiano de jovens rurais, uma realidade que se apresenta na forma de mudanças nos projetos individuais. Os estudos realizados nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais sinalizam possíveis problemas de sucessão produtiva em propriedades rurais. O conjunto de informações de pesquisa mostra a tendência de atração dos jovens rurais pela residência e pelo trabalho nas cidades, assim como o afastamento do trabalho agrícola. Para aumentar o envolvimento de jovens rurais com atividades agropecuárias, parece ser ne-

cessário criar arranjos familiares que garantam a autonomia dos jovens em relação ao trabalho e à renda.

De uma forma mais ampla, os efeitos da modernidade induzem mudanças nas opções individuais e coletivas de populações rurais, o que pode alterar significativamente o mapa demográfico e econômico de regiões tipicamente agrícolas. Nesses locais onde já se anunciam estas tendências seria importante desde já traçar caminhos possíveis para a economia e para o trabalho, seja dentro ou fora dos limites do setor agropecuário.

Empregando os instrumentos próprios da modernidade, recomenda-se utilizar a reflexão crítica sobre o futuro dos jovens rurais para que se possa antecipar as consequências e fazer os ajustes necessários em um sistema.

## Referências Bibliográficas

- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 186-212.
- BERNARDO, W. F. Pluriatividade entre produtores de leite de Guiricema e Ubá: reflexões para a ação extensionista. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). DER, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO E. G. de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro, Ed. Mauad X, 2007, p-35-51.
- CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projeto e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.) Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 243-261.
- CARNEIRO, M.J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jo-

vens rurais. Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=268>>. Acesso em 5 mar. 2010.

DURHAN, E. R. A caminho da cidade. Coleção Debates. Perspectiva: São Paulo, 1973, 249p.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo, Editora UNESP, 1991, 177p.

SANTOS, B. S. O norte, o sul e a utopia. In: \_\_\_\_ Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997, 281-348p.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. Coleção Pesquisas. Campinas: Unicamp/IE. 2002, 151p.